

**[SOBRE O ENSINO DA
FILOSOFIA]**



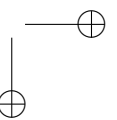
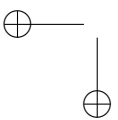
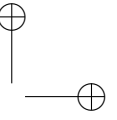
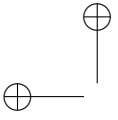
G.W.F. HEGEL

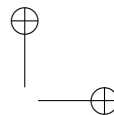
Tradutor:
Artur Morão

www.lusosofia.net



LUSO Sofia:PRESS





Apresentação

Os documentos de Hegel aqui propostos são, manifestamente, escritos menores e de circunstância, mas nem por isso deixam de ter interesse. Datam do período em que ele, de 1808-1816, desempenhou o cargo de Reitor no Ginásio de Nuremberga. Não são estritamente filosóficos, embora se ocupem do ensino da filosofia nos Ginásios e na Universidade.

Centram-se, todavia, no modo como o estudo filosófico, aos seus olhos, se deveria dosear para poder invadir o espírito dos discentes, no caminho mais adequado para uma assimilação frutífera dos seus conteúdos e na distribuição progressiva das várias matérias, a começar pelas mais acessíveis e próximas do ânimo juvenil; não decerto para este em si se demorar e permanecer, mas se alcançar depois ao elemento dialéctico e especulativo.

O contexto destes escritos – “O Ensino da Filosofia nos Ginásios” (1812) e “Sobre o Ensino da Filosofia nas Universidades” (1816) – só se capta bem em ligação com os objectivos da *Propedêutica filosófica* e com o teor dos *Discursos* ginásiais de fim de ano, pronunciados por Hegel em Setembro (1809, 1810, 1811, 1813) e Agosto (1815). Nestes últimos realça-se repetidamente a importância da cultura e da formação (*Bildung*), a vantagem da disciplina e da auto-actividade, que se opõe à passividade; salienta-se o vínculo que deve existir entre a esfera peculiar da escola e o mundo real; sublinha-se igualmente a necessidade da configuração moral porque, sem esta, a educação falha o seu alvo essencial – a unificação pessoal.

No Discurso de 14 de Setembro de 1810 diz-se o seguinte:

“Saídos de um época transacta da representação, estamos ainda habituados a separar a cabeça e o coração e a considerar o pensamento e a sensibilidade, ou seja qual for o nome que a tal diferença se dê, quase como duas entidades independentes e entre si indiferentes; o influxo do ensino no carácter surge então como





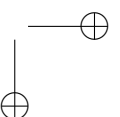
longínquo ou casual. Mas, na realidade, o espírito humano, que é um só, não alberga em si naturezas tão díspares; em toda a unilateralidade, que nele é possível e que se refere apenas às forças singulares subordinadas, mais distantes da raiz do seu ser, essas diferenças profundas, que se reúnem imediatamente no seu íntimo, não se podem desagregar nesse pretense isolamento.”

Insiste-se ainda de modo particular no papel indispensável que a sabedoria antiga exerce no desdobramento da formação do espírito, pois a cultura greco-romana é um depósito sagrado e vivo, a propósito da qual o filósofo expõe o significado insubstituível da “mediação”, com tanto relevo na sua visão filosófica e com tamanhas consequências na futura hermenêutica.

Fustiga-se igualmente o “pensar por si” vazio, sem conteúdo, inconstante e giróvago; para Hegel, tal senda equivale a uma deambulação sem norte. A filosofia deve, pelo contrário, ser aprendida, como qualquer outra ciência e em ligação com outras ciências, ou seja, com conteúdos determinados que, neste caso, serão os do próprio sistema hegeliano. Tem aqui lugar, então, uma curiosa inflexão pedagógica: não é a sua filosofia que se molda à pedagogia corrente (a chamada pedagogia “lúdica” de cariz iluminista), mas é ela que estrutura o percurso pedagógico e o acesso dos discen-tes aos conteúdos da visão de Hegel. E justamente de acordo com a progressão e o ritmo dos três momentos: abstracto, dialéctico e especulativo!

Desculpemos ao filósofo tão ingente e maníaca autocentração; mas não percamos de vista o grande tema da “mediação”, da passagem pelo outro, pelo mundo e pelos conteúdos de outros saberes!

Artur Morão





[SOBRE O ENSINO DA
FILOSOFIA]

G.W.F. HEGEL

I
O ENSINO DA FILOSOFIA NOS
GINÁSIOS

Parecer privado para o real Conselheiro superior
da Baviera, Immanuel Niethammer¹
(1812)

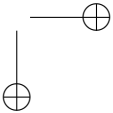
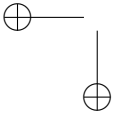
Nuremberga, 23 Out. 1812

O ensino das Ciências Propedêuticas Filosóficas no Ginásio
apresenta duas vertentes:

I. *Os próprios objectos do ensino.*

II. *O método.*

¹ Texto segundo *Werke*, vol. XVI, p. 335 ss. – Na edição da Suhrkamp, *Werke*,
Bd. 4: *Nürnberg und Heidelberger Schiften 1808-1817*, 1986, pp. 403-416.





I

No tocante aos *objectos da instrução*, além da sua divisão nas três classes, o regulamento fixa a este respeito o seguinte:

1. Para a *Classe Inferior* (III, § 5, III), está prescrito o conhecimento da *religião, do direito e dos deveres*. Em contrapartida, a VC indica-se que, na Classe Inferior, o exercício do pensar especulativo se poderia iniciar com a *Lógica*.

2. Para a *Classe Média*: a) *Cosmología, Teologia Natural*, em relação com as Críticas Kantianas. b) *Psicologia*.

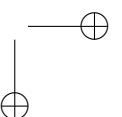
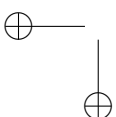
3. Para a *Classe Superior*: *Enciclopédia Filosófica*.

Visto que, pelo que toca à *Classe Inferior*, o ensino da *Doutrina do Direito, dos Deveres e da Religião* não se deve unir com a da *Lógica*, até agora procedi sempre de maneira a tratar na *Classe Inferior* apenas a *Doutrina do Direito, dos Deveres e da Religião*, mas reservei a *Lógica* para a *Classe média* e expu-la alternando-a, nesta Classe, que é um curso bienal, com a *Psicologia*. Na *Classe Superior*, segue-se então a *Enciclopédia* prescrita.

Se devo emitir o meu juízo geral sobre toda esta divisão quer quanto à própria matéria, quer segundo a minha experiência, posso então declarar apenas que a achei muito oportuna.

Pormenorizando:

1. Em relação ao primeiro objecto do ensino, no Regulamento usa-se a expressão «*Doutrina da Religião, do Direito e dos Deveres*», onde se encontra o pressuposto de que, entre estas três doutrinas, se começará pela *Religião*. Como ainda não existe nenhum compêndio, deixar-se-á ao docente, segundo o seu discernimento, constituir aqui a ordem e a conexão. Pela minha parte, nada mais sei do que começar pelo *Direito*, a mais simples e abstracta consequência da liberdade, passar em seguida à *Moral* e desta avançar para a *Religião* como o grau mais alto. – Não entanto, esta circunstância respeitaria de mais perto à natureza do conteúdo a tratar, e não é agora aqui o lugar de entrar em mais minúcias.





Se alguém perguntar *se este objecto de ensino será conveniente para constituir o início da introdução à filosofia*, só poderei responder afirmativamente. Os conceitos destas doutrinas são simples e possuem ao mesmo tempo uma especificação, que os torna inteiramente acessíveis à idade desta Classe; o seu conteúdo é apoiado pelo sentimento natural dos alunos, possui uma *realidade efectiva* no íntimo dos mesmos, pois é o lado da própria realidade interior; para esta Classe, prefiro de longe este objecto de ensino à Lógica, porque esta tem um conteúdo mais abstracto e, sobretudo, mais afastado da imediata realidade efectiva do íntimo, um conteúdo meramente teórico. Liberdade, Direito, Propriedade, etc., são determinações práticas com que diariamente lidamos e que, para além da existência imediata, têm também uma existência sancionada e uma validade real. As determinações lógicas de universal e particular, etc., são, para o espírito ainda não versado no pensar, sombras frente ao efectivamente real, a que ele recorre, antes de ser destro em fixar e considerar aquelas independentemente deste. A exigência habitual num ensino introdutório da filosofia é que se deve começar pelo existente e, a partir daí, levar a consciência para mais alto, para o pensamento. Mas, nos conceitos da liberdade, é dado o próprio *existente e imediato* que também já é *pensamento*, sem prévia anatomia, análise, abstracção, etc. – Nestas doutrinas, começar-se-á de facto pelo almejado, pelo verdadeiro, pelo espiritual, pelo efectivamente real. – Nesta Classe, deparei sempre com um interesse maior por estas determinações práticas do que pelo pouco de teórico que eu tinha de antepor, e senti ainda mais a diversidade deste interesse quando, pela primeira vez, comecei com os conceitos fundamentais da Lógica, segundo a instrução da parte elucidativa do Regulamento; daí em diante, não mais tornei a fazer o mesmo.

2. Para o discente, o grau mais alto é o espiritual *teorético*, *o lógico*, *o metafísico*, *o psicológico*. Confrontando em primeiro lugar o lógico e o psicológico entre si, o lógico deve em tudo considerar-se como o *mais fácil*, porque tem por seu conteúdo de-





terminações abstractas *mais simples*; pelo contrário, o psicológico tem algo de *concreto* e é justamente o Espírito. Mas a psicologia é *demasiado fácil*, quando se deve tomar assim trivialmente como psicologia de todo *empírica*, como porventura na psicologia para crianças de Campe². – Pelo que conheço do estilo de Carus, é tão tedioso, deprimente, sem vida e sem espírito, que não pode sequer suportar-se.

Divido o ensino da Psicologia em duas partes: *a)* do espírito fenoménico, *b)* do espírito que é em si e para si; – naquela trato da *consciência*, segundo a minha *Fenomenologia do Espírito*, mas só nos três primeiros graus aí indicados, 1. consciência, 2. auto-consciência, 3. razão; neste, a sucessão dos graus do *sentimento*, *intuição*, *representação*, *imaginação*, etc. Distingo as duas partes de modo tal que o espírito, enquanto *consciência*, age sobre as determinações como seus *objectos*, e o seu determinar torna-se para ele uma relação com um objecto; mas, *enquanto espírito*, age apenas sobre as suas *determinações* e as mudanças propõem-se nele como actividades suas e assim se consideram.

Visto que a *Lógica* é a outra ciência da Classe Média, parece que a *Metafísica* fica deste modo vazia. Mesmo assim, esta é uma ciência, com a qual hodiernamente se costuma estar em apuros. No Regulamento, prescreve-se a exposição kantiana da *Cosmologia* antinómica e da igualmente *dialéctica Teologia natural*. Na realidade, prescreve-se assim não tanto a própria *Metafísica* quanto a *dialéctica* da mesma, pelo que esta parte retorna à *Lógica*, a saber, como *Dialéctica*.

Segundo a minha concepção do lógico, o elemento *metafisico* cai aliás inteiramente dentro dele. Posso a este respeito citar Kant como precursor e autoridade. A sua *Crítica* reduz desde então o metafísico a uma consideração do entendimento e da razão. A *Lógica* pode, pois, em sentido kantiano, encarar-se de um modo tal que, para lá do conteúdo habitual da chamada *Lógica Geral*, se

² Joachim Heinrich Campe, *Kleine Seelenlehre für Kinder*, Hamburgo, 1780.

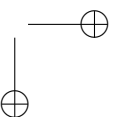
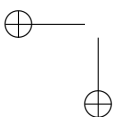




lhe associe e anteponha a Lógica por ele designada como *transcendental* – a saber, segundo o conteúdo, a *doutrina das categorias, conceitos da reflexão* e, em seguida, os *conceitos da razão – analítica e dialéctica*. - Estas formas objectivas do pensar são um conteúdo autónomo, a parte do aristotélico *Organon de categoriis*, ou a antiga *Ontologia*. Além disso, elas são independentes do sistema metafísico; ocorrem tanto no idealismo transcendental como no dogmatismo; este chama-lhes determinações dos *entium* [entes], aquele do entendimento. – A minha *Lógica Objectiva* servirá, como espero, para purificar novamente a ciência e a apresentar na sua verdadeira dignidade. Até ela se tornar conhecida, as distinções kantianas conservam já a sua insuficiência ou rudeza.

Quanto às *antinomias* kantianas, o seu lado dialéctico mencionar-se-á ainda mais à frente. No tocante ao seu conteúdo, ele é em parte o lógico, em parte o *mundo no tempo e no espaço, a matéria*. Enquanto na Lógica surge apenas o seu conteúdo lógico, que elas englobam – deixa-se de lado o facto de elas se referirem à *Cosmologia*; mas efectivamente aquele ulterior conteúdo, a saber, No mundo, a *matéria* e coisas semelhantes, é também um lastro inútil, uma fantasmagoria da representação, que não tem valor algum. – No tocante à *crítica kantiana* da Teologia Natural, pode estudar-se, como eu fiz, na *Doutrina da Religião*, em que semelhante assunto, sobretudo para um curso de três, e respectivamente, quatro anos, não é importuno. É interessante, em parte para proporcionar um conhecimento das tão famosas provas da existência de Deus, em parte para fazer conhecer a igualmente famosa crítica kantiana, em parte ainda para criticar, por seu turno, esta crítica.

3. A *Enciclopédia*, visto que deve ser *filosófica*, exclui essencialmente a *Enciclopédia Literária*, aliás desprovida de conteúdo e também não útil para a juventude. Nada mais pode conter do que o *conteúdo universal da filosofia*, a saber, os conceitos fundamentais e os princípios das suas ciências particulares, de que enumero as três principais: 1. a *Lógica*, 2. a *Filosofia da Natureza*, 3. a *Filosofia do Espírito*. Todas as outras ciências, que se devem con-





siderar como não filosóficas, entram de facto nestas, segundo os seus princípios, e só segundo estes princípios se devem considerar na Enciclopédia, porque esta é filosófica. – Assim como é oportuno proporcionar no Ginásio semelhante sinopse dos elementos, assim também ela pode, por seu turno, numa consideração mais cuidada, ter-se por supérflua, porque as ciências a considerar *brevemente* na Enciclopédia já, de facto, o foram em grande parte e de um modo mais pormenorizado. A saber, a primeira ciência da Enciclopédia, a *Lógica*, da qual já acima se falou; a terceira ciência a *Doutrina do Espírito*, 1. na *Psicologia*, 2. na *Doutrina do direito, dos deveres e da religião* (já a própria *Psicologia* como tal, que se divide nas duas partes, Do Espírito Teorético e Prático, ou da *Inteligência* e da *Vontade*, pode assaz dispensar-se da exposição pormenorizada da sua segunda parte, porque se apresentou já na sua verdade como *Doutrina do direito, dos deveres e da religião*. Com efeito, o lado simplesmente psicológico desta última, a saber, sentimentos, desejos, impulsos, tendências, são apenas algo de formal que, segundo o seu verdadeiro conteúdo – por ex., o *impulso* para o lucro ou para o saber, a *inclinação* dos pais para os filhos, etc., – já é tratada na *Doutrina dos Direitos* ou dos *Deveres* como relação *necessária*, como *dever* do lucro dentro dos limites dos princípios do *Direito*, como *Dever* de se formar, como *Deveres* dos pais e dos filhos, etc.).

- Enquanto à terceira ciência da Enciclopédia pertencem ainda a *Doutrina da religião*, também a esta se dedica um ensino especial. Resta, pois, em primeiro lugar, para a Enciclopédia, só a segunda ciência, a *Filosofia da natureza*. – Só que 1. o estudo da natureza tem ainda poucos atractivos para a juventude; ela sente antes – e não sem razão – interesse pela natureza como um passatempo teorético, em comparação com o fazer e com as formas humanas e espirituais; 2. o estudo da natureza é o mais difícil; de facto, o espírito, ao conceber a natureza, deve transmudar para o conceito o contrário do conceito – uma força de que só é capaz o pensar fortalecido; 3. a *Filosofia da natureza* pressupõe, enquanto física





especulativa, um conhecimento dos fenómenos naturais – da Física empírica – conhecimento esse que ainda não existe. – Quando eu, no quarto ano da existência do Ginásio, recebi na Classe Superior alunos que já tinham feito os três cursos de filosofia na Classe Inferior e Média, fui obrigado a observar que eles já estavam familiarizados com grande parte da esfera das ciências filosóficas e que eu podia dispensar a maior parte da Enciclopédia; e detive-me então sobretudo na Filosofia da natureza. – Em contrapartida, sentia como desejável que um lado da Filosofia do Espírito, a saber, a *secção do belo*, fosse ulteriormente mais desenvolvida. A *estética* é, além da Filosofia da Natureza, a ciência particular que ainda falta no ciclo científico e, aparentemente, pode ser de um modo essencial uma ciência ginásial. Poderia transferir-se para o professor da Literatura Clássica na Classe Superior, o qual já tem bastante que fazer com esta Literatura, à qual seria muito prejudicial subtrair horas. Mas seria muitíssimo útil, se os ginásianos, além de um maior conceito da *métrica*, recebessem também conceitos mais determinados acerca da *natureza da epopeia*, da *tragédia*, da *comédia* e coisas semelhantes. A Estética poderia, por um lado, proporcionar as novas e melhores vistas da essência e do fim da arte mas, por outro, não deveria permanecer um simples palavreiro acerca da arte; poderia empenhar-se nos géneros particulares da poesia e nos peculiares modos poéticos antigos e modernos, introduzir no trato característico com os melhores poetas das diferentes nações e épocas e apoiar com exemplos este trato. – Este curso seria tanto mais rico quanto mais agradável; conferia apenas conhecimentos que, para os ginásianos, são altamente convenientes, e pode considerar-se como uma real deficiência que esta ciência não constitua nenhum objecto de instrução num instituto ginásial. – A Enciclopédia estaria deste modo, quanto ao *assunto*, presente no Ginásio, com excepção da Filosofia da Natureza; só faltaria ainda uma *visão filosófica da História*, a qual, porém, pode em parte encontrar também o seu lugar, por exemplo, na Ciência da Religião, na Doutrina acerca da Providência. A divisão geral





de todo o âmbito da Filosofia, o facto de haver três campos, puro pensar, natureza e espírito, deve aliás mencionar-se mais vezes, na determinação das ciências singulares.

II. MÉTODO

A. Em geral, distingue-se o *sistema* filosófico com as suas *ciências particulares* e o próprio *filosofar*. Segundo a mania moderna, sobretudo da pedagogia, não importa tanto instruir-se no *conteúdo* da filosofia quanto *aprender a filosofar sem conteúdo*; isto significa mais ou menos: é preciso viajar e viajar sempre, sem chegar a conhecer as cidades, os rios, os países, os homens, etc.

Em *primeiro lugar*, quando se conhece uma cidade e, em seguida, se chega a um rio, a outra cidade, etc., aprende-se, sem mais, deste modo a viajar, e não só se aprende, mas efectivamente já se viaja. Assim, ao chegar-se a conhecer o conteúdo da filosofia, aprende-se não só o filosofar, mas já efectivamente se filosofa. Também o fim do próprio aprender a viajar seria apenas chegar a conhecer cidades, etc., *o conteúdo*.

Em *segundo lugar*, a filosofia contém os mais altos *pensamentos racionais sobre os objectos essenciais*, contém o universal e o *verdadeiro* dos mesmos; é de grande importância familiarizar-se com este conteúdo e *acolher na própria cabeça* tais pensamentos. O comportamento tristonho, simplesmente formal, a perene busca e vagabundagem sem conteúdo, o argumentar ou especular assistemático, tem como consequência a vacuidade de conteúdo, o vazio dos pensamentos nas cabeças, pois *nada podem*. A doutrina do direito, a moral, a religião são um âmbito de importante conteúdo; igualmente a Lógica é uma ciência cheia de conteúdo. A Lógica objectiva (Kant: transcendental) compreende os pensamentos fundamentais do *ser, essência, força, substância, causa*, etc.; a outra inclui os *conceitos, juízos, silogismos*, etc., determinações





fundamentais igualmente importantes; – a psicologia engloba o sentimento, a intuição, etc.; – a enciclopédia filosófica, por fim, compreende em geral todo o âmbito. As *ciências wolffianas*, Lógica, Ontologia, Cosmologia, etc., Direito Natural, Moral, etc., estão mais ou menos desvanecidas; mas nem por isso a filosofia deixa de ser um complexo sistemático de *ciências ricas de conteúdo*. – Além disso, o conhecimento do *absolutamente absoluto* (de facto, aquelas ciências devem chegar a conhecer o seu conteúdo particular também na sua *verdade*, isto é, na sua absolutidade) só é possível mediante o conhecimento da totalidade nos seus graus de um sistema; e aquelas ciências constituem os seus graus. O pudor em face de um *sistema* exige uma estátua do Deus que não devia ter *figura alguma*. O filosofar assistemático é um pensar fortuito, fragmentário, e a *consequência* é justamente a alma formal para o verdadeiro conteúdo.

Em *terceiro lugar*, o procedimento no conhecimento de uma filosofia rica de conteúdo não é nenhum outro a não ser a *aprendizagem*. A filosofia deve *ensinar-se e aprender-se*, como qualquer outra ciência. O prurido infeliz de educar a *pensar por si* e para a *produção autónoma* pôs esta verdade na sombra – como se, ao aprender o que é substância, causa ou seja o que for, *eu* não pensasse *por mim mesmo*, como se *eu* não *produzisse* por *mim mesmo* estas determinações no meu pensar, mas as mesmas lhe fossem arrojadas como *pedras* – como se, além disso, quando examino a sua verdade, as provas das suas relações sintéticas, ou a sua transição dialéctica, *eu mesmo* não fizesse tal exame, não me convencesse a mim mesmo de tais verdades – como se, ao familiarizar-me com o teorema de Pitágoras e a sua demonstração, *eu mesmo* não conhecesse este teorema e não demonstrasse a sua verdade. Por muito que o estudo filosófico seja em si e para si um fazer por si mesmo, é igualmente uma *aprendizagem* – a aprendizagem de uma ciência *já existente*, formada. Esta é um património de conteúdo adquirido, composto, elaborado; este bem hereditário deve ser adquirido pelo indivíduo, isto é, *ser aprendido*. O docente está na sua posse; reside





primeiro no seu pensamento, e só ulteriormente no pensamento dos alunos. As ciências filosóficas contêm os *verdadeiros* pensamentos *universais* dos seus objectos; são o produto resultante do trabalho do génio pensante de todas as épocas; tais pensamentos verdadeiros ultrapassam o que um jovem não formado produz com o *seu* pensar, na mesma medida em que aquele acervo de trabalho genial excede o esforço de semelhante jovem. A representação originária, peculiar, da juventude sobre os objectos essenciais é, em parte, inteiramente pobre e vazia, em parte, porém, na sua infinitamente maior parte, é *opinião, ilusão, imperfeição, incerteza, indeterminação*. Graças à aprendizagem, para o lugar dessas ilusões vem a verdade. Uma vez cheia a cabeça de pensamentos, terá então também a possibilidade de ela própria fazer avançar a ciência e de lhe conquistar uma verdadeira originalidade; mas nada disto se deve fazer nos Institutos Públicos de instrução, sobretudo nos Ginásios; há que orientar o estudo filosófico essencialmente para este ponto de vista a fim de assim *algo se aprender, a ignorância se afugentar, a cabeça vazia se encher de pensamentos e conteúdo* e se expulsar a *peculiaridade natural do pensar*, isto é, a contingência, o arbítrio e a particularidade da opinião.

B. O conteúdo filosófico tem, no seu *método* e na sua *alma*, três formas; 1. é *abstracto*, 2. *dialéctico*, 3. *especulativo*. É *abstracto*, porquanto existe em geral no elemento do pensar; mas de um modo simplesmente abstracto, em contraposição com o dialéctico e o especulativo, ele é o chamado elemento *intelectivo*, que fixa e chega a conhecer as determinações nas suas rígidas diferenças. O *dialéctico* é o movimento e a confusão das determinidades rígidas – a razão *negativa*. O *especulativo* é o positivamente racional, o primeira e genuinamente filosófico.

No tocante ao ensino da filosofia nos Ginásios, o essencial é, em primeiro lugar e acima de tudo, a forma *abstracta*. A juventude deve, antes de mais, esquecer o ver e o ouvir, deve subtrair-se à representação concreta, retirar-se para a íntima noite da alma, deve





aprender a ver neste plano, a estabelecer e a distinguir determinações.

Além disso, *aprende-se a pensar abstractamente* mediante o pensar abstracto. Pode, pois, desejar-se começar ou pelo sensível, pelo concreto, extrair e elevar este ao abstracto por meio da análise, tomando assim – como parece – a via *natural*, como também se sobe do mais fácil para o mais difícil; ou então pode igualmente começar-se pelo abstracto, tomar o mesmo em si e para si, ensiná-lo e torná-lo compreensível. Em *primeiro lugar*, no tocante aos dois caminhos, o primeiro é certamente *mais natural*, mas por isso mesmo é o *caminho não científico*. Embora seja mais natural que um disco de rotundidade aproximada se arredonde a pouco e pouco a partir do tronco de uma árvore, por meio do desbaste de pedaços desiguais e salientes, o geómetra, porém, não procede assim, mas traça *igualmente* com o compasso ou com a mão livre um círculo *abstracto e exacto*. É *conforme à coisa*, porque o puro, o mais alto, o verdadeiro é *natura prius* [anterior por natureza], que por ele também se comece na ciência; esta é, com efeito, o inverso da representação simplesmente natural, isto é, não espiritual; aquele é verdadeiramente o primeiro, e a ciência deve agir segundo a verdade efectiva. – Em *segundo lugar*, é um *erro* completo ter por mais fácil o caminho natural, que começa pelo sensível, pelo *concreto* e avança para o pensamento. É, pelo contrário, o mais difícil – do mesmo modo que é mais fácil pronunciar e ler os elementos da linguagem, as letras singulares, do que as palavras inteiras. – Por ser o mais simples, o abstracto é mais fácil de compreender. A realidade sensível concreta deve, sem mais, remover-se; é escusado assumi-la de antemão, pois é preciso deixá-la novamente de lado e age apenas como fonte de *distracção*. O abstracto, como tal, é bastante compreensível, porquanto é necessário; o entendimento correcto deve, além disso, entrar primeiramente através da filosofia. Deve fazer-se de modo que os *pensamentos* do universo se recebam na cabeça; mas os pensamentos são em geral o abstracto. O raciocínio formal e *privado de conteúdo* é decerto também bastante





abstracto. Mas pressupõe-se que se tem o conteúdo, e o conteúdo correcto; o formalismo vazio, a abstracção sem conteúdo, porém, ainda que fosse mesmo acerca do absoluto, é removido da melhor maneira pelo que precede, a saber, pela exposição de um conteúdo determinado.

Se apenas se aderir à forma abstracta do conteúdo filosófico, tem-se uma (chamada) *filosofia intelectualista*; e enquanto no ginásio se lida com a *Introdução* e a *Matéria*, aquele conteúdo inteligível, aquela massa sistemática de conceitos abstractos privados de conteúdo, é imediatamente o filosófico enquanto *matéria*, e é *introdução*, porque a matéria é em geral o primeiro para um pensar *efectivo*, fenoménico. Por conseguinte, este primeiro grau deve, aparentemente, ser o prevalecente na esfera ginásial.

O *segundo grau da forma* é o *dialéctico*. Este é, em parte, mais difícil do que o abstracto, em parte o menos interessante para a juventude, ávida de concreção e de realização. As antinomias kantianas são prescritas no Regulamento em relação à Cosmologia; encerram em si um profundo fundamento sobre o que de antinómico há na razão, mas semelhante fundamento reside demasiado oculto e, por assim dizer, privado de pensamento e demasiado pouco conhecido na sua verdade; por outro lado, elas são efectivamente um dialéctico demasiado mau – nada mais do que antíteses contorcidas: na minha *Lógica*, como creio, elucidei-as com mérito. Infinitamente melhor é a dialéctica dos antigos Eleatas e os exemplos que dela se nos conservaram. – Visto que, em rigor, num todo sistemático cada novo conceito surge por meio da *dialéctica do precedente*, então o docente, que conhece a natureza do filosófico, tem a liberdade de fazer em toda a parte a pesquisa da dialéctica, tantas vezes quantas puder e, onde ela não depara com entrada alguma, de passar sem ela para o conceito mais próximo.

O *terceiro* é o elemento propriamente *especulativo*, isto é, o conhecimento do *oposto na sua unidade* – ou, mais exactamente, que os opostos são, na sua verdade, um. Este especulativo é, antes de mais, o genuinamente filosófico. É naturalmente o *mais difícil*; é





a verdade, existe numa dupla forma: 1. numa forma mais comum, mais próxima da *representação*, da *imaginação*, também do *coração*, por exemplo, quando se fala da universal vida da natureza, que se move a si mesma e se configura em infinitas formas – panteísmo e coisas semelhantes – quando se fala do eterno amor de Deus, que é Criador para amar, para se contemplar a Si mesmo no Seu Eterno Filho e, em seguida, num filho dado na temporalidade, no mundo, etc. O direito, a autoconsciência, o prático em geral contém já em si e para si os princípios ou inícios disso, e do *espiritual* também em rigor se não pode dizer *uma* palavra a não ser especulativa, pois ele é a unidade consigo no ser-outro; de outro modo, ainda que se utilizem as palavras alma, espírito, Deus, unicamente se fala de pedras e carvões. – Ao falar-se do espiritual só abstractamente ou de um modo intelectual, o conteúdo pode, no entanto, ser especulativo – tal como o conteúdo da religião perfeita é altamente especulativo. Mas a lição, se for entusiástica ou, se não o é, e for por assim dizer narrativa, coloca o objecto apenas perante a *representação*, e não frente ao conceito.

O *concebido*, e isto significa o especulativo que promana da dialéctica, é unicamente o filosófico na *forma do conceito*. Isto só com parcimónia se pode propor na lição ginásial; em geral só por poucos é apreendido e, em parte, também não se pode saber bem se ele é apreendido. – *Aprender a pensar especulativamente* – o que é prescrito no Regulamento como a determinação fundamental do ensino propedêutico filosófico – deve, pois, considerar-se como a meta necessária; a *preparação* para tal é o pensar abstracto e, portanto, o dialéctico, ademais, a aquisição de *representações* de conteúdo especulativo. Visto que o ensino ginásial é essencialmente propedêutico, poderá consistir sobretudo em procurar obter estas vertentes do filosofar.



**CARTA DE HEGEL A NIETHAMMER³**

Nuremberga, 23 Out. 1812

Tínheis-me encarregado de lançar ao papel os meus pensamentos sobre o ensino da filosofia nos Ginásios e de vo-los apresentar. Já há algum tempo havia redigido o primeiro projecto, mas não consegui arranjar tempo para o elaborar de um modo conveniente. Para não postergar excessivamente, segundo o vosso desejo, algo a este respeito, mando transcrevê-lo para vós na forma com que ficou após alguma elaboração e vo-lo envio agora. Visto que o ensaio tem { apenas um fim privado, poderá também, tal como está, realizá-lo. O carácter abrupto dos pensamentos e, mais ainda, o elemento polémico que aqui e além aparece atribuí-o, por favor, à forma imperfeita, a qual, para um outro fim que não fosse o de vos expor o meu juízo, teria decerto exigido um maior polimento. O momento polémico poderia, com maior frequência, ser inconveniente, visto que o ensaio vos é dirigido e, portanto, além de vós, mais ninguém estaria presente contra quem se poderia polemizar. Mas vereis por vós que se trata simplesmente de um entusiasmo ocasional, que me assaltou à toa, ao considerar esta ou aquela maneira ou opinião.

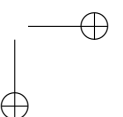
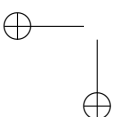
Falta ainda uma observação final que não acrescentei, porque a seu respeito, ainda me encontro dividido dentro de mim próprio – a saber, que talvez todo o ensino filosófico dentro dos ginásios se possa afigurar superfluo, que o estudo da Antiguidade seja a introdução à filosofia mais adaptada à juventude ginásial e a verdadeira *segundo a sua substância*. – Mas, como deverei eu, professor de ciências propedêuticas filosóficas, combater contra a minha especialidade e o meu lugar, desviar de mim próprio o pão e a água?

³ Texto segundo *Werke*, Vol. XVII, p. 333 s., como introdução ao parecer antes mencionado. - Na edição da Suhrkamp, *Werke*, Bd. 4: *Nürnberger und Heidelberger Schiften 1808-1817*, 1986, pp. 416-417.





Por outro lado, eu – que devia igualmente ser pedagogo filosófico – teria ademais, como Reitor, outro ofício: finalmente, também o interesse imediato em que os professores das ciências filosóficas nos Ginásios se considerassem supérfluos e se lhes proporcionasse ou um outro programa ou se lhes criasse qualquer outro lugar. Mas uma coisa me empurra de novo para o primeiro lado, a saber, a filologia que se torna plenamente erudita e tende para a sapiência verbal. Os Padres da Igreja, Lutero e os antigos pregadores citavam, expunham e aplicavam os textos bíblicos de um modo livre, no qual não contava absolutamente nada a erudição histórica, se eles conseguissem introduzir tanto mais doutrina e edificação. Por cima do palavrório estético de *pulcre! quam venuste!* [Lindo! Que belo!], de que ainda ouvimos ressonâncias notáveis, encontra-se hoje na ordem do dia a erudição linguístico-crítica e métrica. Não sei se muito disso já se terá difundido pelo pessoal a vós sujeito. Mas também para o mesmo se torna iminente e, num e noutro caso, a filosofia acabará por ficar consideravelmente vazia. [...]





II

**SOBRE O ENSINO DA FILOSOFIA
NAS UNIVERSIDADES**

Carta ao real Conselheiro do Governo prussiano
e Professor Friedrich Rayner⁴

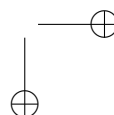
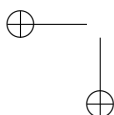
(1816)

Ilustríssimo:

Permito-me, com base na nossa conversa directa, expor aqui de modo suplementar as minhas ideias sobre o ensino da *Filosofia nas Universidades*. Devo pedir-vos que benevolentemente vos conten- teis com a forma e não exijais uma exposição e conexão maiores do que a que é possível fornecer numa carta apressada, a qual vos deve ainda alcançar na nossa proximidade.

Começa logo, tal como em geral este assunto poderia vir à baila, pois pode parecer uma coisa muito simples, com a observação de que para o ensino da filosofia deveria valer apenas o mesmo que vale para as outras ciências; a este respeito, não quero ater-me ao facto de que dele se deve também exigir que una a clareza à profun- didade e à oportuna minuciosidade; que também ele partilhe com o ensino das outras ciências numa universidade o destino de se ajustar ao fim do tempo estabelecido – geralmente um semestre; que, por conseguinte, se exija alargar ou condensar a ciência, etc. O tipo particular de apuro que actualmente se pode percepçionar para

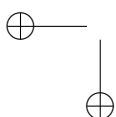
⁴ Texto segundo *Werke*, Vol. XVII, p. 349 ss.; o manuscrito editado por Hoffmeister não apresenta desvios. -- Na edição da Suhrkamp, *Werke*, Bd. 4: *Nürnberger und Heidelberger Schiften 1808-1817*, 1986, pp. 418-425.





o ensino da filosofia deve buscar-se no giro que esta ciência tomou e donde derivou a presente situação de que a precedente instrução científica da mesma e as ciências especiais, em que a matéria filosófica se encontrava dividida, se tornaram, quanto à forma e quanto ao conteúdo, mais ou menos antiquadas – mas que, por outro lado, a ideia da filosofia, que se lhe substituiu, se encontra ainda sem formação científica, e o material das ciências particulares alcançou imperfeitamente ou ainda não obteve a sua transformação e inserção na nova ideia. – Vemos pois, por um lado, *cientificidade* e ciências *sem interesse*, por outro, *interesse* sem *cientificidade*.

Por conseguinte, o que vemos também em média ensinado nas Universidades e nos escritos são ainda algumas das antigas ciências, Lógica, Psicologia Empírica, Direito Natural, porventura Moral. Com efeito, também para aquelas que se atêm ainda ao antigo a *Metafísica* se arruinou, como o Direito Público Alemão da Faculdade de Jurisprudência; se as restantes ciências, que outrora constituíam a *Metafísica*, não se perderam tanto, este será o caso pelo menos no tocante à *Teologia Natural*, cujo objecto era o conhecimento racional de Deus. Das ciências que ainda se mantêm, sobretudo a Lógica, quase parece que só a tradição e a consideração da utilidade formal da cultura intelectual é que ainda as conservam; efectivamente, o seu conteúdo, como também a sua forma e a das restantes, está em excessivo contraste com a ideia da filosofia, para a qual se trasladou o interesse, e com um modo de filosofar por esta última assumido, porque elas conseguiram ainda conservar uma suficiente satisfação. Quando a juventude enceta, também pela primeira vez, o estudo das ciências, mesmo se apenas foi tocada por um rumor indefinido de outras ideias e modos, ingressa no estudo de tais ciências sem o necessário preconceito da sua autoridade e importância, e facilmente não encontra algo para cuja expectativa já esteja estimulada; gostaria de dizer que também o ensino dessas ciências, em virtude da oposição do que antes se impunha, já não ocorre com a imparcialidade e a plena confiança





de outrora; uma incerteza ou irritação daí decorrente não contribui, em seguida, para lhes proporcionar acesso e crédito.

Por outro lado, a nova ideia não levou a cabo a exigência de configurar num todo ordenado, construído através das suas partes, o amplo campo de objectos pertencentes à filosofia. A exigência de conhecimentos determinados e a verdade, noutra tempo reconhecida, de que o todo só verdadeiramente se apreende mediante o estudo profundo das partes não só se rodeou, mas se rejeitou com a afirmação de que a *determinidade* e a *pluralidade* dos *conhecimentos* é *supérflua* para a Ideia, mais ainda, é-lhe *contrária* e *inferior*. Segundo tal concepção, a filosofia é tão compendiosa como o era a medicina ou, pelo menos, a terapia, nos tempos do sistema browniano⁵, segundo o qual se podia completar em meia hora. Talvez já tenhais conhecido pessoalmente em Munique um filósofo que pertence a este modo *intensivo*; Franz Baader faz imprimir, de tempos a tempos, uma ou duas folhas que devem conter toda a essência de toda a filosofia ou de uma sua ciência particular. Quem deste modo faz imprimir só tem ainda a vantagem da fé do público de que ele seja também um mestre na realização de tais pensamentos gerais. Mas até eu assisti em Iena ao início das Lições de Filosofia Transcendental de Friedrich Schlegel; ao fim de seis semanas, já tinha acabado o seu curso, não decerto para satisfação dos seus ouvintes, que contavam com meio ano e já tinham pago. – Vimos dar às ideias gerais uma maior extensão com a ajuda da *fantasia*, que casava o alto e o baixo, o próximo e o longínquo, o brilhante e o turvo, muitas vezes com sentido profundo e com igual frequência de um modo inteiramente superficial e, além disso, utilizava sobretudo as regiões da natureza e do espírito que, por si mesmas, são nebulosas e arbitrárias. Um caminho oposto para uma maior extensão é o *crítico* e *céptico*, que no material existente tem um tema no qual prossegue, mas que de resto reduz a nada, suscitando resultados negativos insatisfatórios e enfadonhos. Se, porventura,

⁵ John Brown, 1735-1788, médico escocês (*Elementa medicinae*, 1780).





este caminho serve também para exercitar a argúcia, o meio da fantasia poderia ter como efeito suscitar um passageiro fermento do espírito, o que também se chama *edificação*, e atear em poucos a própria Ideia universal; no entanto, nenhum destes modos realiza o que se deve realizar e o que é *estudo da ciência*.

No início da nova filosofia, a juventude era bem-vinda, em primeiro lugar, por poder eliminar o estudo da filosofia, e até das ciências em geral, com algumas fórmulas gerais que tudo deviam conter. Mas as consequências derivadas desta opinião, penúria de conhecimentos, ignorância tanto dos conceitos filosóficos como também das ciências especiais, encontraram nas exigências do Estado e ainda na precedente formação científica uma oposição demasiado séria e uma repulsa prática, para que aquela obscuridade não caísse no descrédito. Assim como a íntima necessidade da filosofia implica que ela seja elaborada cientificamente e nas suas partes, assim me parece também ser este o ponto de vista adequado à época; não se deixa reduzir às ciências antigas; mas a massa dos conceitos e o conteúdo que eles englobavam também não se podem simplesmente ignorar; a nova forma das ideias reclama o seu direito, e o material antigo requer, pois, uma transformação que se ajuste ao actual ponto de vista da filosofia. – A concepção do que é conforme à época posso, sem dúvida, fazê-la passar só por um juízo subjectivo, do mesmo modo que tive logo também por subjectiva a direcção que tomei na minha reelaboração da filosofia, ao estabelecer de início para mim aquele fim; acabei justamente a publicação dos meus trabalhos sobre a Lógica e devo agora esperar do público como é que ele irá acolher semelhante modo de filosofar.

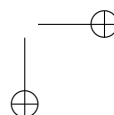
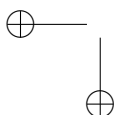
Julgo, porém, poder pressupor como correcto que o ensino da filosofia nas Universidades só pode fazer o que deve – *uma aquisição de conhecimentos determinados* – quando tomar um determinado *curso* metódico, que englobe e *ordene* o pormenor. Só nesta forma é que tal ciência, como qualquer outra, se pode ensinar. Mesmo se o docente quiser evitar este termo, terá a consciência de que, antes de mais e essencialmente, precisa de fazer





isso. Tornou-se um preconceito, não só do estudo filosófico, mas também da pedagogia – e aqui ainda mais difundido – de que o *pensar por si* se deve desenvolver e exercitar, primeiro, no sentido de que a este respeito *não depende do elemento material* e, em segundo lugar, como se a *aprendizagem fosse oposta ao pensar por si mesmo*, pois, na realidade, o pensar pode exercitar-se apenas em semelhante material, que não é produto e composição da fantasia nem de uma intuição, chame-se ela sensível ou intelectual, mas um *pensamento* e, além disso, um pensamento não pode aprender-se de nenhum outro modo a não ser que seja *pensado por si mesmo*. Segundo um erro geral, parece que a um pensamento se apôs o cunho do ser pensado por si mesmo só quando ele se desvia do pensamento dos outros homens, e aqui costuma então encontrar a sua aplicação o mote conhecido de que o novo não é verdadeiro e o verdadeiro não é novo; – daí nasce, aliás, a mania de *cada um querer ter o seu próprio sistema*, e que uma ideia se considera tanto mais original e excelente quanto mais absurda e louca for, pois assim demonstra ao máximo a originalidade e a diversidade em relação ao pensamento dos outros.

A filosofia obtém tanto mais a capacidade de ser ensinada, mediante a sua determinidade, quanto mais ela conseguir assim tornar-se *evidente, comunicável e capaz* de se tornar um *bem comum*. Assim como ela, por um lado, quer ser estudada especialmente e não é um bem comum por natureza em virtude de cada homem em geral ter razão, assim também a sua universal comunicabilidade lhe tira a aparência, que entre outras obteve em tempos recentes, de ser uma *idiossincrasia* de algumas cabeças transcendentais, e torna-se, em conformidade com a sua verdadeira posição, a *segunda* em relação à *filologia*, enquanto *primeira ciência propedêutica* para uma profissão. Fica assim sempre em aberto que alguns se atenham a este *segundo grau*, mas pelo menos não pela razão que em muitos tinha, os quais se tornaram filósofos porque *nada de correcto* tinham aprendido. Além disso, esse perigo em geral não parece ser tão grande, como antes o citei, e em todo o





caso é menor do que o de ficar suspenso na *filologia*, no primeiro grau. Uma filosofia formada cientificamente já dentro de si mesma faz justiça ao pensar determinado e ao conhecimento profundo; e o seu *conteúdo*, o universal das relações espirituais e naturais, *induz por si* imediatamente às *ciências positivas*, as quais mostram este conteúdo em forma concreta, em mais amplo desenvolvimento e aplicação, de tal modo que o estudo de tais ciências se mostra, inversamente, como necessário para uma concepção mais profunda da filosofia; em contrapartida, o estudo da filologia, quando uma vez se enreda no pormenor, que deve permanecer essencialmente apenas um meio, tem algo de tão separado e heterogéneo que nele reside apenas um vínculo ténue e escassos pontos de passagem para uma ciência e para uma profissão da efectividade.

Como ciência propedêutica, a filosofia deve sobretudo proporcionar a educação formal e o exercício do pensar; só conseguirá tal mediante o total afastamento do fantasmal, mediante a determinidade dos conceitos e de um procedimento consequente e metódico; deve poder conservar esse exercício numa elevada medida como a matemática, porque, como esta, não tem um conteúdo sensível.

Mencionei antes a *edificação*, que muitas vezes se espera da filosofia; na minha opinião, mesmo quando ensinada à juventude, ela jamais deve ser *edificante*. Deve antes satisfazer assim uma necessidade afim, que agora quero aflorar com brevidade. Quanto mais a época recente suscitou de novo a tendência para um tema purificado, para ideias superiores e para a religião, tanto menos e em menor medida basta para tal a forma do sentimento, da fantasia, dos conceitos confusos. A tarefa da filosofia deve ser justificar perante o conhecimento o que tem valor, de o apreender e conceber em pensamentos determinados, e de assim o preservar dos desvios obscuros. – Em relação a semelhante tarefa bem como ao conteúdo da filosofia, quero somente aduzir ainda o estranho fenómeno de que um filósofo ensine várias ciências ou, aliás, ensine diferentes na mesma mais ou menos com um outro; o tema, o mundo espi-





ritual e natural, é sempre o mesmo, e por isso também a filosofia se deve dividir nas mesmas ciências particulares. Essa diversidade há sobretudo que atribuí-la à confusão, que não permite chegar a conceitos determinados e a distinções firmes. O impasse pode também contribuir para o facto de se ter por força ensinado, ao lado de uma recentíssima filosofia transcendental, a velha lógica, e ao lado de uma metafísica céptica, a teologia natural. Já indiquei que os velhos temas precisam de uma integral reelaboração, e não podem simplesmente pôr-se de lado. Além disso, determinou-se já bastante em que ciências se deve dividir a filosofia; o universal inteiramente abstracto pertence à *lógica*, com tudo o que outrora também a metafísica em si englobava; o concreto divide-se em *filosofia da natureza*, que apresenta só uma parte do todo, e em *filosofia do espírito*, à qual, além da psicologia com a antropologia, a doutrina do direito e dos deveres, pertencem ainda a estética e a filosofia da religião; e ainda se lhe vem juntar a história da filosofia. E o que nos princípios se poderia também considerar como uma diferença, a natureza do objecto, traz consigo uma divisão nas ciências mencionadas e no seu tratamento necessário.

A propósito das instituições externas para o apoio do ensino, por ex. colóquios, abstenho-me de acrescentar algo, pois vejo com terror até que ponto já me alonguei e pus à prova a Vossa indulgência. Acrescento apenas ainda o cordial desejo de feliz continuação da Vossa viagem e a asseveração da minha distinta estima e dedicação.

Nuremberga, 2 de Agosto 1816

* * *

[Nota do Tradutor]

A versão aqui apresentada emenda e aperfeiçoa uma que já foi publicada em 1989.

www.lusosofia.net

